
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA
S.A.**

ENTRE

CAMARGO CORRÊA S.A.,
na qualidade de emissora

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,
na qualidade de agente fiduciário

17 DE NOVEMBRO DE 2009

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

CAMARGO CORRÊA S.A., sociedade por ações com sede na Rua Funchal, n.º 160, Vila Olímpia, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.098.905/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora” ou “CCSA”);

e, de outro lado

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A., (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de novembro de 2009 (a “AGE”).

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública pela Emissora, para distribuição nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (a “Instrução CVM 476”) (“Emissão” ou “Oferta”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM

A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM previamente a sua distribuição.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”) tão logo seja arquivada.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1 As Debêntures (conforme abaixo definido) serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures (conforme abaixo definido) custodiadas na CETIP; e (b) negociação, observado o disposto no item 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures (conforme abaixo definido) custodiadas na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures (conforme abaixo definido) somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição das Debêntures (conforme abaixo definido) pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a administração de bens próprios, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, o apoio às sociedades de cujo capital participa através de estudos e sugestões sobre a política operacional, de mobilização de recursos para o atendimento de necessidades adicionais, bem como a prestação de serviços de assessoria e administração de bens e negócios de terceiros e de outras atividades afins.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 2ª Emissão de Debêntures (conforme definido abaixo) da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme, que poderá ser acrescido de até R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões), a serem distribuídos sob o regime de melhores esforços.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em até duas séries, sendo que as Debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”) não poderão ser colocadas sem que antes tenham sido totalmente colocadas as Debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e, em conjunto com as Debêntures da Segunda Série, “Debêntures”) ou cancelado o saldo não colocado.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI” ou “Coordenador Líder”), do BB - Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”), do Banco Itaú BBA S.A. (“IBBA”) e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“HSBC” e, em conjunto com o Bradesco BBI, o BB-BI e o IBBA, os “Coordenadores”), conforme o “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão da Camargo Corrêa S.A.” celebrado em 17 de novembro de 2009 (“Contrato de Colocação”).

3.5.2 A garantia firme de colocação, conforme descrita no item 3.5.1 acima, será prestada de forma individual e sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores, da seguinte forma:

<i>Coordenador</i>	<i>Garantia Firme Prestada (em R\$ na Data de Emissão)</i>
BBI	250.000.000,00
BB-BI	250.000.000,00
IBBA	250.000.000,00
HSBC	200.000.000,00
Total	950.000.000,00

3.5.3 A Emissora não poderá: (i) negociar as Debêntures da Segunda Série sem que antes as Debêntures da Primeira Série tenham sido totalmente colocadas ou tenha sido cancelado o saldo não colocado, e (ii) realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou seja cancelado o saldo das Debêntures não colocado.

3.5.4 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (abaixo definido).

3.5.4.1 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta descrita na presente Escritura (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da cláusula 3.5.4.4 abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4.2 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4.3 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.4.4 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476,

tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) sem prejuízo do disposto no item 3.5.4.1 alínea (ii) acima, pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os “Investidores Qualificados”).

3.5.4.5 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do item 3.5.4.4 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4.6 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam considerados qualificados, conforme Instrução CVM 476, e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura, é de R\$ 3.499.561.826,00 (três bilhões, quatrocentos e noventa e nove milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente às debêntures de outras emissões da Emissora da espécie quirografária em circulação, na data de assinatura desta Escritura, é de R\$2.550.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta milhões de reais).

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário” e “Instituição Depositária”).

3.7.1 A Instituição Depositária será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e o Banco Mandatário por operacionalizar o pagamento e a liquidação da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados às Debêntures.

3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados ao pré-pagamento de dívidas da Emissora e ao seu capital de giro e investimentos.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES APLICÁVEIS ÀS DUAS SÉRIES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será 01 de dezembro de 2009 (“Data de Emissão”).

4.1.2 **Convertibilidade, Tipo e Forma:** Simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 03 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se em 01 de dezembro de 2012 (“Data de Vencimento da Primeira Série”); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se em 01 de dezembro de 2014 (“Data de Vencimento da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, “Datas de Vencimento”). Nas Datas de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.1.5 desta Escritura) ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, de que trata o item 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento da referida Remuneração imediatamente anterior.

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures de cada série será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 950 (novecentas e cinquenta) Debêntures, que poderão ser acrescidas de até 190 (cento e noventa) Debêntures, perfazendo o total de 1.140 (mil cento e quarenta) Debêntures, divididas em até duas séries, sendo que o número de Debêntures a serem emitidas em cada série será definido em Procedimento de *Bookbuilding*, conforme abaixo definido, sendo 950

(novecentas e cinquenta) Debêntures colocadas sob o regime de garantia firme de distribuição e 190 (cento e noventa) Debêntures colocadas sob o regime de melhores esforços de distribuição (“Debêntures Adicionais”). O montante final das Debêntures a serem alocadas em cada uma das séries será definido de acordo com a demanda de mercado a ser apurada no procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser conduzido pelos Coordenadores (“Procedimento de Bookbuilding”), sendo que o somatório das 2 (duas) séries não excederá o valor total da emissão definido no item 3.3 acima.

4.2. Remuneração

4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário calculados, para ambas as séries, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento. As Debêntures renderão juros correspondentes a um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página de internet (“www.cetip.com.br”). A Remuneração das Debêntures será definida em Procedimento de *Bookbuilding*, observada a remuneração máxima correspondente a (i) 110,00% (cento e dez por cento) da Taxa DI para as Debêntures da Primeira Série; e (ii) 114,00% (cento e quatorze por cento) da Taxa DI para as Debêntures da Segunda Série. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (conforme abaixo definido), conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo ou, se for o caso, até a data do Resgate Antecipado (conforme abaixo definido).

4.2.1.1 O cálculo dos juros obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor da Remuneração devido no final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe - Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Onde:

k = número de ordem de TDI_k, variando de 1 (um) até n_{DI}.

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo "n_{DI}" um número inteiro;

S = Percentual aplicado sobre a Taxa DI (observado que o cálculo deverá ser realizado para as duas séries), informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = fator da Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

DI_k = Taxa DI de ordem k, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil, com 2 (duas) decimais.

4.2.1.2 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

“Período de Capitalização”: significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da

Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.1.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada na apuração de "TDIk" a última Taxa DI disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.2.1.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI ") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula X abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD (conforme abaixo definido) será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI-Over o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.2.1.1 acima e para a apuração de "TDIk" será utilizada e a última Taxa DI divulgada oficialmente não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.2.1.5 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.1.6 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do seu valor nominal, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate

e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão das Debêntures em questão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI-Over será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.2.1.1 acima e para a apuração de "TDIk" será utilizada e a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 10.2.2 abaixo, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.4 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.2.1.7 Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.3. Amortização do Principal

4.3.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será pago em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.3.2 As Debêntures da Segunda Série serão amortizadas em 03 (três) parcelas anuais e consecutivas, ao final do terceiro ano e quarto ano e na Data de Vencimento da Segunda Série, conforme as datas e percentuais indicados a seguir, sendo cada uma das datas uma “Data de Amortização”:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE
01/12/2012	33,3333%
01/12/2013	33,3333%
01/12/2014	33,3334%

4.4. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração, para ambas as séries, será realizado semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de junho de 2010 e o último na data de vencimento da respectiva série.

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora na data de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; e/ou (ii) para os Debenturistas que não estejam vinculados a esse sistema, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, previstas e decorrentes desta Escritura, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido, respectivamente, da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, se for o caso, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição (“Preço de Subscrição”). A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, observando que as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

4.10. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (www.camargocorrea.com.br).

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, quando as Debêntures estiverem custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos que será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.13. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.14. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO

6.1. A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures a partir de 1º de junho de 2011, inclusive, integral ou parcialmente, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizado no jornal Valor Econômico, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias (“Comunicação de Resgate” e “Aviso aos Debenturistas”, respectivamente). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da respectiva série, dos Prêmios de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado (“Resgate Antecipado” e “Data de Resgate”).

6.1.1 Na Comunicação de Resgate e no Aviso aos Debenturistas deverão constar (i) a série e a data do Resgate Antecipado, (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, (iii) que valor de resgate corresponderá ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) a ser calculado de acordo com o item 6.2 abaixo, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

6.2. A Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado (i) para as Debêntures da Primeira Série: de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate, *pro rata temporis* ao prazo remanescente a partir do 1º de junho de 2011; e (ii) para as Debêntures da Segunda Série: de 0,80% (oitenta centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate, *pro rata temporis* ao prazo remanescente a partir de 1º de junho de 2011 (“Prêmios de Resgate Antecipado”).

O Prêmio de Resgate Antecipado a que farão jus os Debenturistas da(s) série(s) objeto do Resgate Antecipado será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * PR * (VNe + J)$$

onde:

P = prêmio de resgate antecipado, em Reais, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado e a Data de Vencimento da respectiva série;

D = quantidade de dias úteis entre 1º de junho de 2011 e a Data de Vencimento da respectiva série;

PR = 0,005 para as Debêntures da Primeira Série e 0,008 para as Debêntures da Segunda Série;

VNe - Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

J - Valor da Remuneração devida na Data de Resgate, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

6.2.1 Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

6.2.2 A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.3. Em caso de resgate antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado, para as debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. É facultado ao Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Vencimento Antecipado, apurado na forma da lei, nas seguintes hipóteses:

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura e em especial àquelas

referentes ao pagamento do principal, juros e demais encargos pactuados nas Debêntures;

- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura, incluindo aquelas elencadas na Cláusula VIII abaixo, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (c) Decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle exclusivo (não compartilhado), cujo valor agregado supere R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (d) Mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se houver prévia anuência dos Debenturistas na forma prevista nesta Escritura;
- (e) Se a Emissora sofrer protestos de título(s) com valor que individualmente ou agregados sejam superiores a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados e revogados em até 30 (trinta) dias contados do efetivo protesto;
- (f) Se a Emissora requerer a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou ainda se houver a declaração da falência;
- (g) Decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora que imponha obrigação de pagar valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), e tal valor não seja pago no prazo legal e ainda tal decisão possa prejudicar de forma adversa e relevante a situação econômico-financeira da Emissora;
- (h) Ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora;

- (i) Transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (j) Comprovação de que qualquer das declarações prestadas nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico; e
- (k) Ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333, I e 1.425, II e III do Código Civil (Lei nº 10.406/02).

7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas (c), e (e) acima serão reajustados ou corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (d), (e), (f) e (i) do item 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 7.1, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (b), (c), (g), (h), (j), e (k) do item 7.1 acima, deverá ser convocada, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que os titulares das Debêntures tomarem conhecimento do evento, AGD (abaixo definido), para deliberar sobre a declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XII abaixo e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. A AGD (abaixo definido) prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1 A AGD (abaixo definido) de que trata este item 7.3 poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definidas no item 10.2.2 abaixo, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures. Especialmente em relação à alínea “(d)” do item 7.1 acima, o quorum para que não sejam declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures será de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 10.2.2 abaixo.

7.3.2 Na hipótese (i) de não instalação da AGD (abaixo definido) mencionada no item 7.3 por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 7.1 acima.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) Sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (b) Fornecer aos Coordenadores, em tempo hábil, todas as informações razoáveis, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta das Debêntures. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e os Coordenadores por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) Manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (d) Prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (e) Preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (f) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (g) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (i) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, sendo que, exclusivamente para fins de Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme Cláusula VII acima, este somente será decretado se a

obrigação aqui prevista não for cumprida em até 30 (trinta) dias contados do término do prazo para divulgação das demonstrações financeiras, observado o procedimento disposto no item 7.3 acima; e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;

- (j) Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores;
- (k) Encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 7.1 acima, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência de algum dos eventos no item 7.1 acima;
- (l) Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, a CETIP, o Agente Fiduciário e agência de classificação de riscos;
- (m) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (n) Contratar agência classificadora de risco de renome internacional a ser indicada pelos Coordenadores e aprovada pela Emissora (necessariamente a Standard&Poor's ou Moody's América Latina ou Fitch Ratings) ("Agência de Rating") para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se, a partir de referida contratação, a: (i) manter contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures a Agência de Rating para que esta divulgue relatório com periodicidade, no mínimo, anual; (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em circulação, a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures; (iii) divulgar ou permitir que a Agência de Rating divulgue relatório ou súmula da classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações; e (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco das Debêntures no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e
- (o) Rigoroso cumprimento pela Emissora, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos

ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

- (p) Observar as disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (q) Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta, com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas por CVM e pela CETIP; e
- (r) Não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, a AGD será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação conforme definido no item 10.2.2 abaixo, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do

Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983; e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (abaixo definido).

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a

administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD (abaixo definido) mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.11, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD (abaixo definido) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens do item 7.1;
 - l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - l.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “(l)” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na CETIP; e
 - m.5) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.11, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “(m)”;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos

interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- 1) à CVM; e
- 2) à CETIP;
- (r) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 7.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (s) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 Observado o disposto no item 7.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas 9.5.1(a) e 9.5.1(b) do item 9.5.1, convocada a AGD (abaixo definido), esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 10.2.2 abaixo, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea 9.5.1(d) do item 9.5.1.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a concessão/dispensa do registro da oferta pela CVM e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela;
- (b) Parcelas mensais de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) serão devidas após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada.
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura da escritura de emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.
- (d) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%.
- (e) As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- (f) A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.

9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos

Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) Despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia (“AGD”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.

10.1. Convocação

10.1.1 A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas de cada uma das séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 10.2.2, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação

aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas de cada uma das séries, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme definido no item 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme definido no item 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” de cada uma das séries todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD de cada uma das séries, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, alterações nos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação da respectiva série.

10.4.2 Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar a (i) Remuneração; (ii) Data de Amortização e suas características estabelecidas no item 4.3 acima; (iii) Data de

Vencimento; (iv) quoruns de deliberação de AGD previstos neste item 10.4; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previsto no item 7.1 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação da respectiva série. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado, conforme item (v) deste item 10.4.2, não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 7.3.1 acima.

10.4.3 Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 10.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

10.4.4 Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

10.4.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

10.4.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante aos Coordenadores que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedades anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura e do Contrato de Colocação e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) esta Escritura e o Contrato de Colocação constituem obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;

- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Colocação e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura e o Contrato de Colocação constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (g) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Material Adverso;
- (h) a Emissora declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, conforme o caso tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) a Emissora cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Relevante;
- (j) a Emissora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (k) a Emissora, nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; (iii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; e (iv) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura e da emissão das

Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso;
- (m) a Emissora mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; a Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (n) a Emissora mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora;
- (o) a Emissora possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (p) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (q) a Emissora não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (r) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora aos Coordenadores anteriormente, ou concomitantemente, a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (s) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e 30 de junho de 2008 e 2009 são

verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período e foram, auditadas, no caso das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, tendo sido emitidos pareceres sem ressalva pelos auditores independentes, ou revisadas, no caso das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 e 2009, pela Deloitte Touche Tohmatsu;

- (t) as demonstrações financeiras da Emissora acima referida foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no melhor entendimento da Emissora, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Material Adverso à Emissora;
- (u) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (v) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;

11.2. Para fins desta Cláusula, “Efeito Material Adverso” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura e da emissão das Debêntures.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Camargo Corrêa S.A.

Rua Funchal, n.º 160, Vila Olímpia

CEP 04551-903, –São Paulo - SP

Tel.: (+55 11)3841-5073

Fax: (+55 11)3841-5733

At.: Sr. Marcio Garcia de Souza

E-mail: marcio.garcia@camargocorrea.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar
CEP 20050-005, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1773
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário e Instituição Depositário:

Banco Bradesco S.A.
Vila Yara, Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º Andar
Osasco - SP
CEP 06029-900
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5646
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br/4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5. Foro

Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 17 de novembro de 2009.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.

CAMARGO CORRÊA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.

Testemunhas:

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo: